

subjacentes à navegação na web, a correspondência entre a percepção que se tem desenvolvido sobre essas ameaças e a realidade e, sobretudo, como lidam os mais novos com ela.

O estudo que se propõe efectuar insere-se no contexto da definição de estratégias para uma convivência saudável das crianças e jovens com a Internet, incluindo os seus chamados riscos. A proposição parece contraditória, já que sugere uma relação harmoniosa entre segurança e perigo. No entanto, o raciocínio subjacente remete para o rumo que a temática dos riscos que as crianças correm ao utilizar a Internet tem seguido.

Começamos a chegar à conclusão que não é totalmente eficaz tentar erradicar ou interditar esses perigos. Comportamentos fiscalizadores e censuradores do contacto dos mais novos com as informações e ferramentas disponibilizadas pela Internet aparentemente não produzem os melhores resultados. Os programas de bloqueio e filtragem de sites ou não resultam ou impedem o acesso a conteúdos inofensivos e até mesmo educativos. Proibir ou penalizar a disponibilização online de conteúdos considerados ilegais ou perigosos é uma acção em que as autoridades de vários países têm empenhado alguns esforços, aos quais o anonimato e a extensão espacial que caracterizam a web colocam obstáculos difíceis ou mesmo intransponíveis. Por outro lado, seria inaceitável aplicar à Internet, conotada com valores democráticos, uma das características que aliás os jovens mais parecem apreciar, um regime ditatorial semelhante ao praticado, por exemplo, na China, alvo de um vasto rol de críticas. Ainda nesta linha de actuação, tem-se multiplicado a criação de estruturas de denúncia de situações consideradas suspeitas, que novamente esbarram nos já referidos anonimato e indefinição espacial.

Para onde caminhamos, então? Para o desenvolvimento de uma visão crítica, responsável e fundamentada do papel que a Internet desempenha na vida das crianças, através da qual se torna possível orientar e ensinar os mais jovens a lidar com esse novo mundo, evitando as suas ameaças, mas também aproveitando da melhor forma as suas oportunidades. O objectivo é, por um lado, saber alertá-los para o que pode pôr em xeque a sua integridade física, psicológica ou o seu processo educativo, sem impedir o contacto com essa realidade e, por outro, ensiná-los a retirar daí os melhores ensinamentos. Interditar o acesso a este mundo seria como não permitir que uma criança fosse à escola para não correr o perigo de ser atropelada ou assaltada. Hoje, os novos media, entre eles a Internet e as informações e ferramentas por ela disponibilizadas, são uma realidade incontornável. O caminho a seguir parece então ser o da criação de bases para uma preparação adequada da relação das crianças e jovens com este novo mundo, conquista que deverá permitir não só a prevenção da exposição a riscos, mas também um aproveitamento mais enriquecedor das potencialidades da web.

Falta-nos agora a informação que nos permita alcançar esse conhecimento. Afinal, o que é que as crianças procuram na Internet? Quais os tipos de sites que visitam? Quais as aplicações electrónicas que utilizam e para quê? O que aprendem através do uso deste novo meio? Que perigos se pensam existir? Até que ponto as crianças e jovens estão em contacto com estes perigos e, acima de tudo, como reagem e o que pensam dessas ameaças? Estão preparadas para os evitar? O tema é falado nas escolas? As crianças mostram-se disponíveis para dar informações pessoais ou fotos através da Internet? As crianças mostram-se dispostas a marcar encontros com desconhecidos com que têm contacto através da Internet? As crianças acedem a sites com conteúdos considerados ilegais, violentos ou dirigidos apenas a adultos? Se sim, que tipo de problemas isso coloca? Como deverão os educadores que reagir? Quais as melhores estratégias de prevenção e reacção? As campanhas de sensibilização funcionam? Qual a melhor forma de as fazer chegar aos jovens com eficácia?

Partindo de uma síntese crítica de como este tema tem sido tratado, de uma avaliação dos pontos de vista e dúvidas que persistem e das pistas existentes, como, por exemplo, as dificuldades

provocadas pelo ainda profundo fosso geracional existente no âmbito tecnológico, o trabalho de investigação que se propõe visa então contribuir para a procura de respostas a perguntas semelhantes às que acabam de ser enunciadas. Enquanto base privilegiada deste estudo estará o contacto directo com os diversos agentes sociais envolvidos nesta problemática, principalmente as próprias crianças, mas também os pais e os professores, entre outros intervenientes. Saliente-se que o propósito principal é dar a estes actores sociais fontes teóricas de conhecimento, que se pretende produzir através da análise de uma compilação estruturada de experiências. No limite, espera-se que esta avaliação nos ajude a explicar a uma criança que se senta ao computador quais os perigos que corre, porquê, como evitá-los e quais as vias alternativas que pode seguir.

“Net-Generation”

Não é a primeira vez que o mundo passa por transformações radicais que questionam, abalam e modificam as estruturas sociais tradicionais. No que toca às crianças e jovens, a revolução tecnológica trouxe no entanto um desvio de papéis nunca antes verificado, que lhes atribuiu mais poder e individualidade, conferindo-lhes uma independência comparável à autonomia dos adultos (Postman, 1994). É assim que a Internet se apresenta aos jovens: um mundo “sem segredos” (Barra, 2004: 40) ou barreiras, no qual praticamente nasceram e onde aprenderam a mover-se sozinhos, sem o auxílio ou a imposição de caminhos determinados pelos pais.

Historicamente acostumados a uma estrutura hierarquicamente vertical, em que os mais velhos ensinam e conduzem os mais novos, os progenitores perderam controle (Buckingham, 2002), na mesma proporção que, em sentido inverso, os filhos passaram a auto-dominar pelo menos parte do seu processo educativo. A este novo sistema Margaret Mead (1977) chamou cultura pré-figurativa. No seu contexto, as crianças crescem num mundo que se afigura desconhecido para os pais, mundo esse onde são elas próprias que, de acordo com os seus interesses, seleccionam o tipo de informação a assimilar, construindo os seus modelos de conhecimento, crescimento e sociabilidade.

Do outro lado da moeda, os adultos olham com desconfiança para uma realidade na qual se esfuma o domínio que estão acostumados a exercer sobre os mais novos. Simultaneamente, e em detrimento de uma visão construtiva, muitos adultos parecem ter-se resignado a uma atitude tecnofóbica, em vez de optarem por uma atitude de aprendizagem (Papert, 1997). Em relação ao fascínio que a net exerce sobre as crianças, Papert realça ainda que a liberdade de escolha e de aprendizagem se constitui como uma das variáveis mais relevantes, que “alterará dramaticamente o modo como as crianças aprendem e se desenvolvem” (1997: 25).

Quando escreveu a obra *Growing Up Digital*, Don Tapscott (1999) considerava já que estas transformações estavam bem patentes nas crianças e jovens norte-americanos até aos 20 anos. No livro, o autor utiliza o termo “Net Generation” para referir-se à geração que nasceu e cresceu rodeada pelos media digitais e que utiliza a tecnologia, nomeadamente a Internet, de um modo completamente diferente do dos adultos. É esse aproveitamento inovador das novas tecnologias que encerra uma autêntica revolução social, instituindo uma ordem espacial, temporal e relacional desconhecida para os adultos. É exactamente sobre essa revolução que este estudo se debruça, em particular sobre o modo como é entendida e conduzida pelas próprias crianças, no contexto português, e quais os resultados dessa acção, tanto ao nível da exposição a riscos como do surgimento de oportunidades.

Na sua análise sobre a “Net Generation”, Tapscott delinea também algumas das características desta geração, alertando especialmente para as diferenças cruciais entre as mudanças introduzidas pela net e as que resultaram, por exemplo, do surgimento e difusão da televisão. Neste novo processo, as crianças não são apenas observadores passivos, antes participam, controlam e geram novas vivências.

Para Sherry Turkle, a evolução tecnológica transformou o computador numa “máquina intimista”, de carácter “subjectivo” (1997), que transporta os seus utilizadores, incluindo as crianças, para mundos virtuais simulados. Estes, por sua vez, estão a substituir-se ao real e a ganhar a sua própria corporeidade. A inexistência de barreiras e a protecção oferecida pelo ecrã, que esconde o sujeito real por detrás das máscaras electrónicas, desinibindo-o e conferindo-lhe uma liberdade que o contacto pessoal e as suas normas sociais limitam, explicam em grande parte o poder de sedução que o computador alcançou, sustenta a autora. No caso específico das crianças, Turkle concorda ainda com a ideia de que a atracção exercida está associada a uma sensação de controlo, bem como à “vocação profundamente evolucionária” das próprias crianças que cresceram “no seio da cultura do computador” (1997: 409). “As crianças podem ser atraídas pelos mundos simulados que as fazem sentir-se ‘senhores do universo’”, escreve a autora. E acrescenta, generalizando o paradigma: “Obviamente, a necessidade de compensar uma identidade vulnerável por meio de uma sensação de controlo não é uma estratégia que se limite aos adolescentes” (1997: 410).

Nesta “sociedade em rede” (Castells, 2005), em que o aumento do número e tipo de actores e a extensão espacial e intemporal multiplicaram os contextos de sociabilidade, pode-se então desde já, no que concerne aos mais novos, reconhecer a existência de uma premissa crucial. Sem as limitações ou receios do “legado histórico, cultural e social” dos seus pais, ordem social que não conheceram, e encarando a Internet como um media natural (Barra, 2004: 62), as crianças não se sentiram intimidadas e lançaram-se à descoberta deste mundo novo, conquistando sozinhas o seu lugar e alcançando o estatuto de agentes sociais pró-activos. Esta posição está de tal forma enraizada que, ao invés do seu tradicional papel passivo ou reactivo, as crianças adquiriram a faculdade de transmitir conhecimentos e competências sociais aos adultos. Como afirma Negroponte, “nunca antes tivemos tanto a aprender com os miúdos, e admitimos esse facto” (1997: 15).

Novos problemas

Mas, tal como seria expectável, o surgimento destas “novas formas de vida” deu também origem a “novos problemas sociais” (Castells, 2005: 21). De facto, a Internet representa e expõe as crianças a vários perigos. De seguida, propomos uma listagem desses riscos, pela qual nos vamos orientar. Antes de partir para essa enumeração, parece-nos importante explicar previamente qual o lugar que ela irá ocupar ao longo deste estudo e como se encaixa nos objectivos que perseguimos.

Suspeitamos, então, que o discurso negro relativo aos riscos da Internet é exagerado, tendo sido influenciado particularmente pelo tratamento a que é sujeito nos meios de comunicação social. Voltaremos a este assunto mais à frente. Neste momento, entendemos contudo ser pertinente deixar claro que se enumeramos os perigos da Internet não o fazemos na linha desse discurso, mas antes com o intuito de expor a análise a que a temática tem sido sujeita e, partindo dessa base, proceder então à nossa avaliação. Ou seja, sabemos que os perigos existem, que é preciso evitá-los e trabalhar na sua prevenção, mas discordamos da ideia de que a web seja um mundo dominado por pessoas mal intencionadas e repleto de vícios, como muitas vezes a comunicação social parece dar a entender.

Neste particular, uma das principais questões a colocar será então a de saber se as próprias crianças consideram estar em perigo, como enfrentam esta realidade, o que pensam dela e como reagem. Recorde-se que concordamos então que o mais relevante é a forma como as crianças usam os media e não o conteúdo dos media em si (Buckingham, 2000), sendo a nossa intenção reverter para as crianças, como já se disse, o papel de agentes sociais activos. O objectivo é, então, tentar perceber como se movem neste novo meio, como aproveitam as suas potencialidades, até que ponto estão em contacto com as tais ameaças e que entendimento fazem dessa realidade. Deixamos desde

já outra nota: alguns estudiosos do tema não hesitam em afirmar que as crianças sabem bem o que procuram e estão muitas vezes conscientes dos erros que cometem e dos perigos a que se expõem.

Quais são então os chamados perigos da Internet? Num dos relatórios preparatórios do programa da União Europeia Safer Internet, os autores delineiam três categorias de riscos: conteúdo, contactos e comércio (Williams, 2000). A primeira categoria diz respeito ao “acesso a conteúdos inadequados, como pornografia, pornografia infantil” ou “sítios violentos” que veiculam, por exemplo, o racismo ou o ódio. O segundo grupo engloba o “estabelecimento de contactos” que potenciem posteriores encontros pessoais, dos quais podem resultar, por exemplo, abusos físicos. A última categoria refere-se à não distinção de conteúdos publicitários, bem como à venda directa e recolha de informações que violem a vida privada (2000: 4).

Em Portugal, a distinção efectuada no contexto do programa europeu, que entretanto se tornou obsoleta, deu ainda origem ao que Tito de Moraes, fundador do projecto MiúdosSegurosNa.Net, se refere como os cinco c's (2003). Aos três tópicos avançados pela União Europeia, o mentor do portal acrescenta as categorias comportamento e copyright, a primeira relacionada com a potenciação, através da Internet, de “comportamentos irresponsáveis ou compulsivos”, como a viciação ou o bullying, e a segunda referindo-se à “violação dos direitos de autor, resultante da cópia, partilha, adulteração ou pirataria de conteúdos protegidos pela lei”. À excepção desta última questão, esta é também a estrutura de enumeração de riscos adoptada pelo projecto português Seguranet, uma derivação do Safer Internet, financiada no âmbito desta iniciativa comunitária.

Uma aposta no estudo deste tema e uma crescente procura de informação por parte dos pais veio ainda especificar a lista de riscos. No domínio particular dos conteúdos, o grupo de trabalho sobre protecção de menores da Agencia de Calidad de Internet (IQUA), organismo público espanhol, produziu uma listagem exaustiva, baseada na diferenciação entre conteúdos ilegais e nocivos.

São então considerados ilegais os seguintes conteúdos: relativos a pornografia e prostituição infantil; que provoquem discriminação, violência ou ódio, por motivos racistas, religiosos, relacionados com a orientação sexual, a nacionalidade, doenças ou deficiências físicas; que induzam ao consumo de drogas ilegais, ao suicídio ou ao abandono do domicílio; que atentem contra os direitos de personalidade, como a honra, a intimidade, a imagem pessoal e a protecção de dados pessoais; conteúdos relacionados com actividades terroristas, explosivos e substâncias usadas com o objectivo de provocar estragos; e publicidade ilícita, enganosa, desleal, subliminar ou que infrinja normas sectoriais.

A lista de conteúdos considerados nocivos engloba, por seu lado, os seguintes tópicos: conteúdos relacionados com sexo, fora de contextos artísticos, médicos ou científicos; com violência gratuita, podendo conduzir a condutas agressivas; que fomentem atitudes discriminatórias, induzam a transtornos alimentares, como a anorexia e a bulimia; contribuam para a promoção de estereótipos de beleza e êxito fácil; incitem ao consumo de tabaco, álcool, drogas, jogos de azar, medicamentos ou tratamentos médicos ou estéticos; apelem ao medo e superstição, provocando alterações físico-psíquicas; ponham o menor em perigo ou lhe causem incómodo, como o pedido de informações de carácter pessoal, bancário ou palavras-passe; usem ou incitem ao uso de linguagem grosseira ou incorrecta; e induzam à compra directa de produtos ou serviços.

A influência dos media

A lista de riscos é de facto extensa e inquietante, mas tanto estudos estrangeiros como portugueses sugerem que a percepção que deles se desenvolveu está mais relacionada com o discurso patente nos media do que com vivências pessoais. E além de dominar a definição da agenda política desta problemática, como é aliás apanágio dos media, esta visão parece enformar de modo determinante a percepção da sociedade em geral, instituindo uma certa obsessão colectiva

pela segurança na Internet, paradoxalmente baseada num conhecimento que nos parece desfasado da realidade. Em simultâneo, outras situações também perigosas ou que podem ser consideradas invasão de privacidade, não parecem merecer a atenção devida, uma vez que não têm eco nos media. Falamos, por exemplo, da colocação nos sites das escolas, sem restrições de acesso, de fotos, nomes e notas dos alunos. A marcação de encontros sexuais através na Internet, acreditamos, é muito menos frequente mas infinitamente mais noticiada e alvo de preocupações. Daí que muitos pais demonstrem a tendência de considerar que se os seus filhos estão fechados no quarto, ao computador, não correm perigo, uma vez que ninguém lhes pode infligir danos físicos. Os riscos são, no entanto, bem mais vastos e a segurança não se pode ficar por aí. Por outro lado, não consideramos saudável a ansiedade que esta perspectiva parece gerar, em prejuízo de outras preocupações talvez mais fundamentadas.

Em relação à influência dos media, Gomes, Valente e Dias (2007) mencionam, a propósito de um estudo de caso realizado num agrupamento de escolas de Amarante, no contexto do programa Seguranet, ter sido identificada “uma preocupação com o uso seguro da Internet, tendo sido referido pelos professores que a sua principal fonte de informação sobre esta temática consistia na comunicação social” (2007: 12). No Reino Unido, Burn & Willet concluíram existir um “entendimento folclórico, enraizado e persistente, dos perigos associados à Internet”, resultado de “histórias tablóides”, da acção dos adultos, que se baseia num “conhecimento vago” (p. 20) e das próprias de campanhas de sensibilização. O trabalho destes autores surgiu no contexto do Educaunet, um programa europeu no qual Portugal também participa. Livingstone (2002), por seu lado, advoga que este tipo de discurso é desproporcional à ameaça real e produz uma excessiva ansiedade. A autora acrescenta ainda que um controlo exagerado do contacto com a Internet pode limitar a expressividade das crianças e até infringir alguns dos seus direitos (p. 10).

Nos órgãos de comunicação social portugueses, a questão aparenta ser também frequentemente abordada do ponto de vista do “lado obscuro da net” (Mendes, Dos Santos, & Carrilho, 2007). Pelo menos nos meios de maior audiência, parece predominar a narração de episódios de crianças que aprenderam a fazer bombas através de sites, trocaram imagens de pornografia ou pedofilia, despiram-se para uma webcam sem saber quem está do outro lado ou divulgaram imagens íntimas de outras pessoas, pela Internet ou através do telemóvel. O assunto é igualmente focado do ponto de vista dos cuidados a ter para evitar esses riscos. Ainda de acordo com os mesmos autores, até Janeiro de 2007 não tinha sido, contudo, denunciado em Portugal qualquer caso de assédio ou abuso sexual de menores potenciado pelo contacto através da Internet.

Apesar de esta ser uma área de pesquisa ainda embrionária, arriscamos assim afirmar que os perigos que surgiram com este novo meio, em particular os de teor sexual, dominam o discurso acerca do uso que as crianças e os jovens fazem da Internet, em grande medida devido à comunicação social. No decorrer desta investigação propomos também pôr esta suspeita à prova e contribuir para que a correspondência entre a imagem que se tem do que é a Internet e a realidade seja mais fidedigna. Do nosso ponto de vista, tendo em conta o grande número de utilizadores da Internet, no mundo e em Portugal, na sua maioria jovens, parece-nos então que os contextos de utilização deste novo meio vão muito além do funcionamento de redes pedófilas (Jordão, 2007), aliciamento de crianças com o objectivo de estabelecer relações sexuais (Sábado, 2007), violações de privacidade (Molinos, 2007) ou para o “vício do jogo” (Bastos, 2007), em referência a alguns dos casos noticiados no espaço que separou os dias 31 de Março e 21 de Junho de 2007.

A forma como os media tratam esta problemática não deixa, contudo, de alertar para um grande número de questões importantes que é premente considerar, como, por exemplo, o facto de a lei portuguesa ser bastante omissa no que concerne ao “crimes” cometidos por meio da Internet e ao modo de os combater. A questão é bastante complexa e, em matéria legal, um dos maiores desafios

reside na resistência que os utilizadores oferecem à hipótese de os fornecedores dos serviços de Internet serem obrigados a registar os conteúdos trocados online e, face à natureza do meio, na impotência das autoridades para o controlar de outra forma. É comumente defendido que essa fiscalização iria privar os utilizadores das características que mais os atraem nesta ferramenta de informação e comunicação, contrariando a sua essência.

A apreciação que o posicionamento dos media em relação a esta temática nos merece relaciona-se então com a forma como isso tem influenciado a opinião pública, em particular a representação de crianças, jovens, pais, professores e educadores em geral, mas também com o facto de eles próprios serem alvo de críticas semelhantes. As mais citadas são a dependência que a televisão gera nas crianças e jovens, os valores e comportamentos que ensina e até a exposição a conteúdos sexuais que proporciona, muitas vezes transmitidos fora dos horários aconselhados ou obrigatórios. Existem, no entanto, indícios que apontam para uma permissividade por parte dos pais no que respeita à quantidade de tempo e ao horário em que autorizam os seus filhos a ver televisão, o que nos leva a concluir que, apesar dos riscos que comporta, este meio é consensualmente aceite.

Não dizemos aqui que os perigos trazidos pela Internet devem ser ignorados, que não é necessário preveni-los nem estudá-los ou que os pais não devem acompanhar os seus filhos neste contexto, muito pelo contrário. Defendemos, no entanto, a necessidade de se desenvolver um conhecimento real e abrangente acerca do tema, de forma a fornecer aos agentes envolvidos uma base credível para as suas estratégias de acção, tal como sucede, em parte, com a televisão. Mediante o reconhecimento da influência que os media exercem sobre a opinião pública e o destaque que concedem aos perigos da net, questionamos assim se a comunicação social não estará a diabolizar este meio, relegando para um plano secundário as suas potencialidades educativas e lúdicas. Perguntamos igualmente se este cenário não estará a vulgarizar e generalizar ideias pelas quais a maioria das crianças e jovens não demonstraria interesse se não fosse a atenção que lhes é concedida.

Pais, professores, autoridades e ISPs

Face a esta conjuntura, é ainda crucial perceber o que se tem esperado de pais, professores, autoridades e fornecedores de serviços de Internet (ISPs), bem como a forma como estes agentes sociais lidam e reagem com ela. A abordagem realizada a esta temática pelo Seguranet dá-nos algumas pistas. Depois de dois anos de vigência do programa, concluiu-se que muitos pais consideram que os filhos estão informados e preparados para utilizar a Internet, existindo por parte das crianças e jovens, por seu lado, um excesso de confiança, particularmente visível nos mais velhos. Os quatro estudos de caso realizados na sequência da campanha de sensibilização levada ao terreno por este programa revelaram, então, que este tipo de acções preventivas parece surtir mais efeito em crianças até aos 14 anos¹. Uma grande variedade de estudos sugere ainda que uma significativa parte das famílias que possui computador coloca-o no quarto das crianças, o que, nos meios académicos, tem sido entendido como uma medida pouco eficiente em termos de segurança, uma vez que transmitirá aos pais uma frágil sensação de segurança e dificultará o controlo.

Da nossa parte, parece-nos que esta última ideia se encaixa ainda numa visão redutora e precariamente informada do uso da Internet, que pouco ou nada tem em conta os sinais que apontam para uma mudança profunda das estruturas sociais, querendo percepção este novo meio de acordo com a ordem tradicional. Não somos a favor de um alheamento por parte dos pais, nem tampouco cremos que as crianças estão totalmente preparadas e não correm risco nenhum. Contudo,

¹ Informação prestada por Maria João Horta, da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular/CRIE, do Ministério da Educação, na sessão de trabalho com forças de segurança e entidades da sociedade civil, realizada a propósito da apresentação, em 5 de Julho de 2007, do projecto Internet Segura.

também pensamos que a já mencionada diabolização da Internet é um produto distorcido, resultante em grande medida da acção dos media, que não tem uma correspondência directa com a realidade. Defendemos, assim, que o caminho a seguir se deverá definir principalmente pela positiva e ter em conta o papel activo das crianças na sociedade. Ao invés de uma lista do que estas não devem fazer quando usam a Internet, o nosso propósito é antes contribuir para um leque de sugestões do que se pode fazer de construtivo através da web. Isto em conjunto com as devidas regras e normas de segurança, mas sem ceder à tentação de considerar a Internet como um mundo essencialmente sombrio, onde as mais valias ocupam um patamar secundário e no qual as crianças não têm capacidade ou competência para aprender sozinhas. Elas já têm demonstrado o contrário.

Em relação ao contexto escolar, o diagnóstico aponta para a necessidade de um aprofundamento deste tipo de questões nas aulas das disciplinas relacionadas com as Tecnologias da Informação e Comunicação, cujos professores parecem tender a preocupar-se mais com problemas técnicos². Apesar de a temática Internet segura integrar o programa também numa dimensão mais comportamental, o mesmo não terá correspondência ao que realmente é abordado nas aulas. Há ainda indícios de que, pelo menos em Portugal, o primeiro contacto das crianças com a Internet se faz no meio escolar, com a ajuda do professor. No final do primeiro ciclo, os alunos recebem um certificado de competências básicas em Internet (Barbosa, 2007: 79). A auto-aprendizagem não deixa de ser contudo muito comum (Paiva, 2003: 68).

Apresentado no dia 5 de Julho do corrente ano, o projecto Internet Segura, também com o financiamento da Comissão Europeia e a vigorar até 2009, veio suceder ao Seguranet e elege como principal linha de acção o combate a conteúdos ilegais, sustentado na denúncia por parte dos utilizadores e posterior encaminhamento jurídico dos sites assinalados. Além deste tipo de medidas, parece igualmente consensual a necessidade de envolver neste processo os ISPs, dos quais se espera não só a abertura para a remoção de determinados conteúdos, mas também um papel pró-activo que actue a um nível anterior, impedindo inclusive a introdução inicial deste tipo de conteúdos. Neste ponto, a principal lacuna identificada é a inexistência de um quadro legal que abranja este tipo de crimes, nas suas mais diversas especificidades. Para responder a estas solicitações será necessário, então, um enquadramento jurídico, a partir do qual este tipo de actuação esteja bem delineado e seja claramente diferenciado de actos de censura.

No quadro do programa Internet Segura foram já divulgados também alguns números. Através da linha de denúncia criada, a primeira em Portugal e a funcionar desde o início de Julho, foram aceites, no espaço de uma semana, 160 denúncias, 21 das quais consideradas válidas. Destas, sete estavam relacionadas com pornografia infantil, 11 com conteúdos racistas e uma com violência extrema (Jornal de Notícias, 2007). A Linha Alerta, como foi apelidado o site de denúncia, tinha entretanto recebido 8000 visitas. Na União Europeia existe agora um total de 21 serviços deste género, aos quais se convencionou chamar hotlines.

Relativamente a este tópico, a nossa posição está patente numa referência feita anteriormente: frente às dificuldades impostas pela extensão da web, as acções levadas a cabo neste sentido parecem assumir os contornos de uma batalha de David contra Golias. No nosso ponto de vista, apesar de não poderem descurar esta dimensão, as autoridades têm que direccionar o mesmo nível de esforço no sentido do esclarecimento e sensibilização das pessoas para o tema Internet segura, bem como para o desenvolvimento das oportunidades da Internet, dimensão que nos parece pouco cuidada ou mesmo ignorada.

² idem

Metodologia

No que toca à metodologia de investigação, o presente trabalho vai optar por linhas qualitativas, de carácter etnográfico. Deverá assim actuar no “contexto da descoberta” (Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1994: 95), ou seja, na formulação de novos contributos. A ideia de “prova” (1994: 95), ou a avaliação de determinadas hipóteses, surgirá somente à medida que a recolha de dados o for determinando, tal como é próprio de qualquer investigação etnográfica. A esta opção está subjacente o propósito de analisar significados e por a nu sistemas de relações conceptuais da vivência humana de uma forma natural, com o maior grau de correspondência possível ao que de facto sucede no quotidiano real das pessoas.

Se inserirmos o trabalho que se propõe no contínuo de tipos de metodologias definido por Everston e Green (Lessard-Hébert et al., 1994: 105), diremos tratar-se de uma abordagem aberta, na medida em que as informações recolhidas não estarão previamente sujeitas a um sistema categorial estruturado. Cientificamente apoiado num paradigma interpretativo (1994: 39) e em consonância com os postulados ontológicos espiritualistas que lhe estão associados, os quais recusam a previsibilidade ou constância espacial e temporal dos esquemas mentais de significado e, portanto, a sua inclusão em categorias pré-definidas, este método não assenta na verificação, desenvolvimento ou refutação de teorias existentes, mas na construção de novas fontes de conhecimentos através de estratégias indutivo-analíticas. Teremos ainda em conta que esta natureza interpretativa, contextual e sincrónica do estudo reclama a documentação exaustiva de todos os seus alicerces, isto é, dos pressupostos que justificam os raciocínios efectuados.

O presente trabalho procurará então ir além da mera descrição de acontecimentos ou opiniões, aspirando a descortinar o sentido, os sistemas de significado ou processos mentais por detrás desses factos observáveis. Trata-se de, nas palavras de Erickson, delinear “esquemas específicos da identidade social de um dado grupo” (Lessard-Hébert et al., 1994: 39). Miles e Huberman, por seu lado, falam em evidenciar ocorrências regulares, esquemas, explicações, configurações possíveis, tendências causais e proposições (in Lessard-Hébert, 1994: 122). A este princípio de que os sujeitos sociais não actuam mecanicamente mas em função do significado que atribuem aos actos, comportamentos ou outros elementos da vivência social, Margaret Mead chamou ainda interaccionismo simbólico (1994: 60).

A opção que acaba de ser enunciada não exprime no entanto a defesa da dicotomia entre técnicas quantitativas e qualitativas. Se se dá preferência à não utilização de dados quantificáveis isso acontece em contraste com outras correntes de investigação social que, procurando teorias susceptíveis de generalização e apesar de não negarem a contribuição dos métodos qualitativos, privilegiam técnicas como a amostragem probabilística, a categorização de dados e a comprovação de teorias pré-determinadas. Não se trata aqui, por exemplo, de levar a cabo um estudo sociológico.

Neste domínio, é igualmente interessante a referência de Goetz y LeCompte (1994) à criatividade que a diversificação de técnicas empresta a muitos trabalhos. Dizem as autoras: “ Os estudos publicados, tanto em literatura experimental como etnográfica, são demasiado diversos para poderem ser ajustados exactamente a estes estereótipos e, por outro lado, os mais criativos ajustam-se muito pouco aos respectivos arquétipos” (p. 37). Assim, apesar de nesta fase se optar pela análise qualitativa e se definir este método como a principal linha de actuação, não se porá de parte o uso de outro tipo de técnicas, até porque o mesmo poderá então contribuir a criatividade do estudo, bem como para um maior grau de pormenorização e profundidade dos dados a analisar. Uma futura utilização só poderá no entanto advir das orientações oferecidas pelos próprios dados e nunca assumir um carácter determinista e fechado, estando, pelo contrário, permanentemente susceptível à formulação de novas premissas.

Léssard-Hébert (1994) advoga ainda que a diversificação dos contextos e métodos de recolha de dados, bem como dos contributos teóricos, é uma componente essencial da validade dos estudos qualitativos. No primeiro caso da sua “validade instrumental”, por meio da comparação entre os dados recolhidos nos diferentes cenários e com as diferentes técnicas, chamada triangulação (1994: 76), e no segundo da sua “validade teórica” (1994: 77). Esta última deverá ser testada através da submissão das análises efectuadas, por um lado, ao exame de outros investigadores, neste caso os orientadores do estudo, e, por outro, à consideração dos próprios sujeitos da investigação. Sublinhe-se que a validação por parte dos sujeitos deverá ser realizada através da introdução subtil de perguntas que confirmem ou não o raciocínio efectuado ou da realização de entrevistas preparadas para esse efeito, isto é, com uma função técnica essencial (1994: 162).

Todo o procedimento etnográfico resumido nos últimos parágrafos implica ainda, como também sublinha Léssard-Hébert, que a interacção pessoal entre o investigador e os sujeitos e a observação dos acontecimentos que sustentam o trabalho se desenrolem a “longo termo” (p. 75). Ou, como evidencia Erickson, os “limites” de uma “estrutura demasiado complexa para ser apreendida de imediato (...) podem recuar graças a uma observação participante, no âmbito da qual o observador passa muito tempo naquele meio” (Lessard-Hébert et al., 1994: 157). As interacções a desenvolver e a aplicação de técnicas deverão então estar sustentadas numa relação de confiança entre o investigador e as pessoas envolvidas.

No domínio das técnicas de recolha de dados, aliado ao estudo etnográfico está a “observação participante” (Lessard-Hébert et al., 1994), na qual o investigador surge como actor social do acontecimento que pretende avaliar, o que lhe permite chegar aos “factos tal como o são para os sujeitos” e, simultaneamente, aos “fenómenos latentes” (1994: 146). Poderá optar por fazê-lo de uma forma mais ou menos activa, isto é, envolvendo-se directamente com os sujeitos ou limitando-se a observar, sem uma interacção directa. Neste estudo, a utilização de um ou de outro modo dependerá sobretudo do contexto e das pessoas presentes nos diferentes momentos de interacção. Deverá ainda ser usada a entrevista, neste caso com uma função preparatória essencial e aberta ou orientada para a resposta (1994: 162), isto é, controlada pelo entrevistado e não pelo entrevistador, que assume apenas o papel de mediador.

A construção de plataformas de interacção virtual, em tempo real ou não, dedicadas especificamente a este estudo poderá ser outra fonte de informação. A criação, por exemplo, de um blog ou de fóruns de discussão dedicados ao tema dos perigos da Internet poderia revelar-se uma boa forma de recolha de dados, não propriamente no domínio da avaliação sobre como se processa o contacto entre as crianças e a web, mas no quadro da pesquisa das análises a que o tema tem sido sujeito e das dúvidas e medos que persistem. As ferramentas disponíveis online são no entanto bem mais diversas, podendo ser exploradas de um modo bastante amplo. Em relação aos contextos de recolha de dados, o objectivo é que seja realizada em diversos cenários, sendo eles a escola, a casa ou os chamados espaços Internet, cybercentros ou cybercafés.

No que concerne às técnicas de compilação da informação, será privilegiado o recurso a sistemas narrativos (Lessard-Hébert et al., 1994: 153), que, mais uma vez, se distinguem de sistemas categoriais (p. 148) ou descritivos (p. 153) por não obedecerem a estruturas pré-determinadas. Este tipo de sistema de registo assume as formas de diário de bordo, notas de campo, “descrições de incidentes críticos ou anedóticos num dado período (‘espécimes’), no momento ou retrospectivamente” (p. 149). Em comparação com as técnicas categoriais ou descritivas, estas técnicas também autorizam uma maior liberdade de interacção entre o investigador e os sujeitos do estudo. Outro dos formatos a praticar deverá ser a produção de diários por parte das próprias crianças, o que poderá, além da transmissão de dados, desempenhar uma função na já referida “validade teórica” (p. 77). Não se exclui ainda a utilização de sistemas tecnológicos, como a gravação

de chats, registos vídeo ou áudio, que captam um acontecimento em tempo real, “potencialmente com a lente mais abrangente” (p. 149) possível, uma vez que a mediação pessoal no momento de recolha está de alguma forma encoberta.

No que respeita aos sujeitos do estudo, em primeiro lugar estão as crianças. O objectivo, recorde-se, é saber o que fazem e qual a sua perspectiva e entendimento sobre esta realidade. O meio seleccionado para o fazer e o que consideramos mais eficaz é então ouvi-las. Pretende-se assim acompanhar o contacto com a Internet de crianças e jovens entre os 8 e os 17 anos, dividindo-as em grupos de faixa etárias aproximadas. A escolha deste patamar de idades está relacionada com o grau de independência e o domínio tecnológico demonstrado pelas crianças e jovens destas faixas etárias. Não é igualmente inocente a abrangência em termos escolares, pretendendo-se observar tanto estudantes do nível primário, como básico e secundário. Este critério servirá também de base para a constituição dos grupos etários, devendo os referentes ao ensino básico obedecer a uma subdivisão entre os do 5º e do 6º anos de escolaridades, num grupo, e os dos 7º, 8º e 9º noutro. A exclusão dos 18 anos de idade prende-se com o alcance da maioridade. Uma eventual falta de correspondência entre as idades associadas a cada ano de escolaridade não será tida em conta, à excepção da meta dos 18 anos, até porque poderá também pressupor já a integração num contexto universitário. Cada subgrupo de observação não deverá ultrapassar os quatro ou cinco elementos, de forma a potenciar a absorção do máximo de informação possível transmitida por cada uma das crianças. Neste ponto, ponderamos ainda a hipótese de contactar crianças que efectivamente se viram envolvidas em situações de perigo potenciadas pela Internet, designadamente de casos relatados pela comunicação social.

Numa espécie de patamar intermédio, este estudo propõe-se também dar voz aos adultos, com o objectivo de compreender a visão real que apresentam deste tema. Neste ponto, no quadro do qual será estimulado o contacto com pais, professores, educadores, ISPs e, se possível, autoridades governamentais, pretende-se desvendar as dúvidas que persistem, identificar os tipos de reacção ao problema e, depois de uma avaliação conjunta das duas perspectivas, a dos mais novos e a dos mais velhos, apresentar ou delinear novas estratégias de acção. O contacto com autoridades governamentais estará directamente relacionado com a intenção de abordar a questão também do ponto de vista do enquadramento legislativo.

As escolas de onde se espera poder seleccionar alunos e professores, bem como as estruturas de contacto com outros adultos, nomeadamente representantes governamentais, deverão estar situadas sobretudo nos concelhos de Braga e Guimarães. A passagem para o estudo em contextos familiares ou espaços Internet deverá igualmente ser processada através de contactos realizados nos meios escolares. Todas estas opções podem contudo, e à semelhança do que sucede com as restantes determinações de uma investigação etnográfica, como já explicamos, ser redefinidas à medida que o estudo for avançando. Neste caso, deverão responder sempre a estratégias informais de selecção (Goetz & LeCompte, 1988: 87), uma vez que a aplicação de técnicas probabilísticas não acrescentaria grande conteúdo a uma investigação com as características já enunciadas, como, por exemplo, a natureza espiritual, contextual e sincrónica dos dados a analisar.

Em conjunto com as restantes etapas de uma investigação etnográfica, também a análise de dados se estende por todo o processo. Aliás, a descrição por etapas deste tipo de estudo não exprime da melhor forma o modo como ele se desenvolve no terreno e isso mesmo está patente nos parâmetros até aqui expostos. Na prática, todos estes passos ocorrem em círculo.

Assim, se é a recolha de dados inicial que vai permitir a estruturação dos primeiros marcos teóricos, estes vão por sua vez balizar os actos de recolha seguintes, os quais produzirão novos raciocínios. A revelarem-se essenciais, estes novos elementos serão postos à prova, fazendo regressar o procedimento ao início. As conjecturas que servirão de apoio a estas decisões, e que

deverão ser bem explicadas, são análises. Neste caso, estarão sustentadas em sistemas de indução analítica, apesar de, tal como se referiu em relação às técnicas de recolha de dados e ainda em virtude da circularidade que acabamos de esclarecer, não se recusar, à partida, a utilização de outros métodos.

Por indução analítica entende-se, então, a análise dos dados “em busca de categorias de fenómenos e relações entre eles” (Goetz & LeCompte, 1988: 186). No fundo, trata-se de procurar sistematizar os processos cognitivos utilizados quotidianamente pelo ser humano, não somente de uma forma empírica, isto é, eminentemente descritiva, mas também especulativa. A este nível os valores sociais e os modos de ver o mundo do investigador terão também uma influência determinante. Contra qualquer suspeita de falta de credibilidade diremos antes estar perante a tentativa de testar hipóteses arrojadas que produzam perspectivas inovadoras acerca da realidade social.

Na medida em que esta será uma primeira incursão nos meandros da investigação etnográfica, teremos em conta os conselhos de Bogdan & Biklen (2003): em campo, atentar em particular na recolha e compilação de dados, “deixando a análise mais formal para quando a maior parte dos dados tiverem sido recolhidos” (p. 206). Apesar de a análise concomitante ser, como dissemos, inevitável, o que se estabelece aqui é que o desenvolvimento de categorias de codificação e a identificação de relações regulares ou significativas entre elas terá um tempo próprio e exclusivo.

Terminemos este capítulo retomando os critérios de cientificidade dos estudos qualitativos avançados por Léssard-Hébert. Além da mencionada validade, o autor refere ainda a necessidade de existência de uma “fidelidade sincrónica” (1994: 81). Dado o baixo nível de controlo dos cenários e interações observados, pressupõe-se que os dados observados estão também directamente relacionados com o espaço temporal em que são recolhidos. À semelhança de outros aspectos já mencionados, este contexto temporal terá igualmente que ser devidamente identificado e definido.

O autor termina a lista de variáveis que determinam a objectividade de investigações qualitativas com o seguimento de critérios de ordem social, isto é, princípios éticos, e a justificação da pertinência sócio-profissional do estudo em questão. No primeiro aspecto, Léssard-Hébert (1994) recorre novamente a Erickson para salientar a importância de informar e proteger os sujeitos envolvidos, mantendo “uma certa neutralidade de juízos” (p. 85), a confidencialidade dos conteúdos, um envolvimento pessoal com as pessoas em causa e a clareza dos objectivos a atingir. Sem estes princípios, acrescentamos, deverá ser também difícil o estabelecimento dos necessários laços de confiança. No segundo caso, tendo em conta os fundamentos teóricos já abordados nesta proposta, caberá apenas acrescentar que o trabalho proposto se revela premente no âmbito das Ciências da Educação da Criança, não só com a meta de auxiliar crianças, pais e professores, mas também no desenvolvimento de contributos para as políticas educativas implementadas pelas respectivas autoridades.

Bibliografia

- Barbosa, A.F. (2007). *Crianças, Pais e Internet Segura: estudo de problemas e desafios*. (Tese de Mestrado). Braga: Universidade do Minho-IEP.
- Barra, M. (2004). *Infância e Internet - Interações na Rede*. Azeitão: Autonomia: 27.
- Bastos, I. D. (2007). 'Falar Global' regressa ao ecrã com viciados na Net
http://dn.sapo.pt/2007/06/17/media/falar_global_regressa_ecra_viciados_.html. (consultado na Internet em 17 de Junho de 2007)
- Bogdan, R., & Biklen, S. (2003). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

- Buckingham, D. (2000). *After the Death of Childhood: Growing Up in the Age of Electronic Media*. Cambridge: Polity Press.
- Burn, A., & Willet, R. (2005). 'What exactly is a paedophile?': Children Talking About Internet Risks http://www.childrenyouthandmediacentre.co.uk/Pics/Burn_Willet.pdf. (consultado na Internet em 15 de Março de 2007)
- Castells, M. (2005). A Sociedade em Rede. In G. C. Cardoso, A.F. & Conceição, C.P. & Gomes, M.C. (Ed.), *A Sociedade em Rede em Portugal*. Porto: Campo de Letras, pp, 19-29.
- Goetz, J. P., & LeCompte, M. D. (1988). *Etnografía y diseno cualitativo en investigacion educativa*. Madrid: Ediciones Morata.
- Gomes, M. J., Valente, L. & Dias: (2007). *Promoção de Comportamentos Seguros na Net - Um Estudo de Caso*. Comunicação apresentada na V Conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação.
- IQUA, Propuesta De Indicadores De Calidad En Materia De Protección De Menores. www.iqua.net/html/3943/Indicadors_Menors-cast.pdf (Consultado na Internet em 21 de Fevereiro de 2007)
- Jordão, R. (2007). Rede pedófila tinha ligações a 35 países. *Jornal de Notícias*. http://jn.sapo.pt/2007/06/19/primeiro_plano/rede_pedofila_tinha_ligacoes_a_paise.html (consultado na Internet em 19 de Junho de 2007)
- Jornal de Notícias*. (2007). 286 sites ilegais numa semana http://jn.sapo.pt/2007/07/06/sociedade_e_vida/286_sites_ilegais_numa_semana.html. (consultado na Internet em 06 de Julho de 2007)
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Livingstone, S. (2002). Challenges and dilemmas as children go on-line: Linking observational research in families to the emerging policy agenda. Comunicação apresentada na The 3rd Annual Dean's Lecture, The Annenberg School for Communication, University of Pennsylvania.
- Mead, M. (1977). *O Conflito de Gerações*. Lisboa: Dom Quixote.
- Mendes, D., Dos Santos, S., & Carrilho, A. (2007). Jovens arriscam-se no lado obscuro da Net. *Diário de Notícias*. http://dn.sapo.pt/2007/01/28/sociedade/jovens_arriscamse_lado_obscuro_net.html (consultado na Internet em 28 de Janeiro de 2007)
- Molinos, M. (2007). "Google está a espiar o meu gato". *Jornal de Notícias*. http://jn.sapo.pt/2007/06/01/ultima/google_esta_a_espiar_o_gato.html. (consultado na Internet em 1 de Junho de 2007)
- Morais, T. (2003). Como Proteger Crianças Jovens destes Riscos Online?. <http://www.miudossegurosna.net/> (consultado na Internet em 2 de Fevereiro de 2007)
- Negroponte, N. (1997). Prefácio. In S. Papert (Ed.), *A Família em Rede*. Lisboa: Relógio D' água.
- Paiva, J. (2003). *As Tecnologias de Informação e Comunicação: Utilização pelos Alunos*. http://www.giase.min-edu.pt/nonio/pdf/estudo_alunos-v3.pdf (consultado na Internet em 20 de Maio de 2007)
- Papert, S. (1997). *A Família em Rede*. Lisboa: Relógio D' água.
- Postman, N. (1994). *The Disappearance of Childhood*. London: Penguin.
- Sábado. (2007). Como a SÁBADO apanhou um pedófilo em 6 minutos. *Sábado*.

Tapscott, D. (1999). *Growing Up Digital: The Rise of the Net Generation* New York: McGraw-Hill.

Turkle, S. (1997). *A Vida no Ecrã - A Identidade na Era da Internet*. Lisboa: Relógio D' água.

Williams, N. C.-D., S. & Facius, S. & Livingstone, S. & Magid, L. (2000). *Promoting Safe Use of the Internet – Final Report*.

http://ec.europa.eu/information_society/activities/sip/docs/pdf/projects/PREP

[ACT_4_Awareness_final_report.pdf](#) (consultado na Internet em 21 de Fevereiro de 2007)